



Colóquio Nacional Henri Lefebvre

Produção e Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades Brasileiras

30, 31 de Out. e 1 de Nov. de 2013

CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS NA EXPANSÃO URBANA DA REGIÃO NORTE DE GOIÂNIA

Marcello Soldan¹

Pedro Célio Alves Borges²

Os padrões de produção da segregação socioespacial na Região Metropolitana de Goiânia, contemporaneamente representado pela formação de novas centralidades na região norte de Goiânia passa a ser o interesse para uma investigação de pesquisa específica. Isso se justifica pelas escassas abordagens da ciência socioespacial das recentes transformações na região norte de Goiânia e, principalmente, pela intensificação da expansão urbana nos últimos 5 anos. Deste modo, torna-se objetivo central desse trabalho compreender os conflitos sociais, políticos e econômicos desencadeados pelo processo de produção socioespacial de novas centralidades com características regionais específicas, dimensionando a apropriação socioespacial da vida cotidiana; além de buscar apreender as representações discursivas e do planejamento de ação das forças sociais que se engajam na formação de redes de interesses ambíguos entre o Estado, o mercado e a luta social; procurando delimitar especificidades e proximidades na região norte de Goiânia em relação aos desafios contemporâneos das metrópoles brasileiras. O objeto empírico do estudo são as disputas sociais e políticas que envolvem transformações urbanas como a criação de condomínios fechados, bairros planejados, moradias populares e produção de centralidades metropolitanas econômicas e sociais a partir de 2008 na região norte de Goiânia.

Lembremos que o processo de urbanização brasileiro se deu de maneira acelerada a partir da década de 1930 até a década de 1970, se configurando pelo modelo de expulsão das classes populares das áreas centrais e infraestruturadas da cidade, para regiões periféricas e cidades vizinhas à sede metropolitana. Esse cenário produziu gigantescas aglomerações urbanas, onde a oferta e a qualidade dos serviços públicos torna-se insatisfatória para atender as demandas primordiais da população metropolitana. Articulado a isso as cidades nunca

¹ Graduado em Ciências Sociais pela FCS/UFG e mestrando em Sociologia no PPGS/FCS/UFG. Contato: marcello_sg54@hotmail.com

² Doutor em sociologia (UnB) e Prof. Associado na Faculdade de Ciências Sociais da UFG



Colóquio Nacional Henri Lefebvre

Produção e Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades Brasileiras

30, 31 de Out. e 1 de Nov. de 2013

foram pauta central da agenda política brasileira, um paradoxo já que a população brasileira vive predominantemente em espaços cada vez mais urbanizados. Desse modo, as desigualdades sociais no país, apesar da ascensão social das classes trabalhadoras nos últimos anos, se aprofundaram especialmente na realidade cotidiana das metrópoles brasileiras, onde as classes populares sofrem com a precariedade do cumprimento dos direitos sociais fundamentais, como saúde, educação, mobilidade, moradia e preservação ambiental, se articulando a um cenário com pouca abertura efetiva para a participação política e fraco controle social das instituições do Estado, produziram uma verdadeira crise socioespacial metropolitana no país. O fenômeno urbano se apresenta, é vivenciado e se representa como realidade global (totalidade). Essa globalidade não pode ser apreendida imediatamente, metodologicamente deve-se avançar por naves e patamares em direção ao global. Buscando evitar as práticas redutoras próprias da racionalidade do capital e do Estado suplantando o espaço social (do valor de uso) em nome do espaço abstrato (valor de troca). Por exemplo, nas ações do planejamento urbano, que submetendo o desenvolvimento social em nome da racionalidade econômica em geral (determinado pelo valor de troca – espaço abstrato), vem a intervir por meio de práticas mutiladoras reduzindo a política socioespacial ao homogêneo e vazio – espaço abstrato – apenas entendendo a função de receptáculo do espaço. (Lefebvre, 2008, p. 51).

Goiânia é considerada uma metrópole nacional com influência regional, em processo acelerado de metropolização (Ribeiro e Santos Jr., 2010, p. 48). Nesse contexto, tanto o crescimento apresenta alta expansão na cidade sede como nas periferias metropolitanas. Esse crescimento de ordem demográfica, econômica, social, cultural e política se acelera e acelera as contradições que o suportam, produzindo uma infinidade de conflitos sociais que extrapolam as definições usuais de classe e são articulados na vida cotidiana em contextos espaço-temporais definidos. A nova configuração do espaço goianiense se articula aos processos políticos e econômicos do Brasil frente a uma nova realidade global, porém os instrumentos de planejamento e ação na metrópole pouco se desenvolveram ao longo da década de 2000. Entende-se que esses debates se caracterizam na política colocada em movimento pelas forças sociais em lutas contraditórias fragmentariamente, uma vez que o Estado controla o espaço, que as ações de mercado estruturam os interesses do capital, em um nível profundo de dominação, exploração e controle. Esses interesses esquemáticos de



Colóquio Nacional Henri Lefebvre

Produção e Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades Brasileiras

30, 31 de Out. e 1 de Nov. de 2013

mercado e de Estado estão permeados de rachaduras e frestas, brechas e fissuras por onde se vislumbram renovações do movimento social na luta por um direito à cidade substancial e da crítica ao espaço de poder do capital e do Estado. A produção social do espaço no capitalismo tardio segue tendências de padrões de produção socioespacial marcados pela expansão desconcentrada do espaço de assentamento e pela multiplicação de centralidades com funcionalidades diversas. Esses processos se relacionam com uma complexa diversificação de relações sociais em um níveis espaço-temporais contraditórios na expropriação, desapropriação e reapropriação socioespacial.

O cenário social e político de disputa pela produção da Região Metropolitana de Goiânia se desenvolve sob hegemonia do mercado imobiliário, através de modalidades distintas de empreendimentos voltados para as diversas classes sociais e grande articulação política, onde o poder institucional, por meio da criação de infraestrutura urbana auxilia na concentração descentralizada dos equipamentos urbanos de maneira planejada, e os movimentos populares que se organizam por suas demandas locais, participam residualmente da produção planejada do espaço e com restritas articulações coletivas de alcance metropolitano. Na região norte, observamos equipamentos fundamentais para a metrópole regional, podemos citar a UFG (universidade Federal de Goiás), o Aeroporto Santa Genoveva e a CEASA. No entanto, o que melhor caracteriza-a é a extensa rede hidrográfica que abastece Goiânia e as reservas ambientais que permaneceram em meio a expansão regional. Mas essa característica se apresenta epifenomenal para o fundamento, em última instância, da única região da metrópole que não foi expropriada em nome da especulação imobiliária e o controle do capital sobre o espaço, através de processos sociais e políticos particulares de luta social em meio as contradições do planejamento orientado pelo capital.

Ao longo desse ciclo, compreendido entre 1980 a 2010, a construção de condomínios fechados, como o Aldeia do Vale; a verticalização por meio dos , como no Setor Goiânia 2 e no Setor Urias Magalhães; a implantação de equipamentos urbanos, como os Parques Municipais e *shoppings centers* (como o que está em construção no cruzamento da Av. Goiás Norte e Perimetral Norte); e também, moradias populares como no Vale dos Sonhos e os loteamentos que proliferam integrando a Região Norte à Região Noroeste, como o Residencial Alice Barbosa e o Residencial Itanhangá, e às cidades metropolitanas ao norte do núcleo central, como Nerópolis, Santo Antônio de Goiás e Nova Veneza, demonstram uma realidade



Colóquio Nacional Henri Lefebvre

Produção e Reprodução do Espaço Urbano nas Cidades Brasileiras

30, 31 de Out. e 1 de Nov. de 2013

de aceleração da produção socioespacial marcada pela desconcentração regional. O sucesso ou fracasso do novo formato dos planos diretores e das políticas participativas é objeto de estudo de pesquisas que partem de tendências teóricas variadas, mas grosso modo é o único instrumento que aplica os princípios do Estatuto das Cidades. Por exemplo, na revisão do PDG em 2013, os artigos 116A e 116B onde mudou-se os graus de incomodidade (GI) afim de viabilizar a instalação de galpões industriais, atacadistas e transportadoras na Perimetral Norte e rodovia GO404/GYN012 na região norte de Goiânia sem levar em conta os modos de vida da região e as especificidades ambientais que à produzem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEFEBVRE, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008. p. 49-73

RIBEIRO, Luiz C. de Q.; SANTOS JUNIOR, Orlando A. As grandes cidades e a questão social brasileira: reflexões sobre o Estado de exceção nas metrópoles brasileiras. In: CASTRO, Erika de; WOJCIECHOWSKI, Maciej John (Org.). *Inclusão, colaboração e governança urbana perspectivas brasileiras*. Vancouver: The University of British Columbia; Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles; Belo Horizonte: Ed. PUC-MG, 2010. p. 47-64